

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO

Rua João Pessoa, 181, Centro Pedro Velho/RN – Cep:59.196-000

CNPJ nº 08.354.896/0001-19

Tel:(84) 3247-2203 / 3247-2329

E-mail: prefeitura@pedrovelho.rn.gov.br

LEI Nº 564/2018

*Dispõe sobre a autorização do Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Norte, para o fim de estabelecer uma cooperação federativa de organização federativa da organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de estabelecimento de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências.*

A Prefeita Constitucional do Município de Pedro Velho, Estado do Rio Grande do Norte, no uso e gozo de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal APROVA e ELA sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Norte, com fundamento no art. 241 da Constituição da República e na Lei Federal nº 11.455/2007, para o fim de estabelecer cooperação federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, objetivando o seguinte:

I – À transferência, por delegação, para o Estado do Rio Grande do Norte, das competências de organização, regulação e fiscalização dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sendo a regulação e fiscalização através da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Norte – ARSEP;

II – À transferência, por delegação, da organização dos serviços públicos municipais e abastecimento de água e de esgotamento sanitário à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande – CAERN, por intermédio do contrato de programa.

§1º. O Convênio de Cooperação, a que se refere o *caput*, será celebrado pelo prazo de 30 (trinta) anos.

§2º. No ato da celebração do Convênio deverá ser definido o seu respectivo plano de trabalho para regularização da prestação dos serviços.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Contrato de Programa com pessoa jurídica integrante da Administração Indireta do Estado do Rio Grande do Norte com o objetivo de conceder, com regime de exclusividade, a prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, através de dispensa de licitação, nos termos de inciso XXVI, do art. 24, da lei Federal nº 8.666/1993.

§1º. O Contrato de Programa, a que se refere o *caput* deverá ter prazo compatível com Plano Municipal de Saneamento Básico, não sendo inferior ao prazo de 20 anos, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

§ 2º. Extinto o Contrato Programa, a assunção dos serviços e a reversão dos bens dar-se-á após o prévio pagamento de indenização eventualmente devida.

Art. 3º. O contrato de Programa referido nesta Lei continuará vigente mesmo quando extinto o Convênio de Cooperação a que se refere o art. 1º, nos termos do art.13; § 4º da Lei Federal nº11.107/2005.

Art. 4º. As autorizações de que tratam os art. 1º, 2º e 3º desta Lei abrangerão, no todo ou em parte, as seguintes atividades e suas respectivas infraestrutura e instalações operacionais referentes aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário:

I – Captação, adução e tratamento de água bruta;

II – Mensuração e precificação de insumo água importada, caso o Município Integre sistema intermunicipal;

III –Adução de água tratada;

IV –Reservação e distribuição de água tratada;

IV –Coleta, transporte, tratamento e disposição de esgotos sanitários.

Art. 5º. O convênio de cooperação, a que se refere o art. 1º desta Lei, deverá estabelecer:

I. Os meios e instrumentos para o exercício das competências e organização, regulação, fiscalização e prestação delegada;

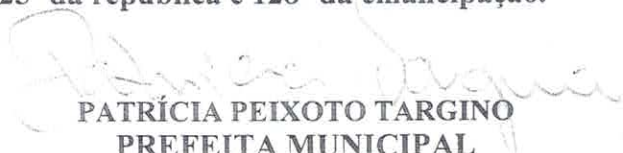
II. Os direitos e obrigações do Município

III. Os direitos e obrigações do Estado

IV. as obrigações comuns ao Município e ao Estado.

Art. 6º. Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho, 16 de maio de 2018, 195º  
da independência, 125º da república e 128º da emancipação.



PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO  
PREFEITA MUNICIPAL



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO**

**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 564/2018**

*Dispõe sobre a autorização do Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Norte, para o fim de estabelecer uma cooperação federativa de organização federativa da organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de estabelecimento de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências.*

**A Prefeita Constitucional do Município de Pedro Velho**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso e gozo de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal APROVA e ELA sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Norte, com fundamento no art. 241 da Constituição da República e na Lei Federal nº 11.455/2007, para o fim de estabelecer cooperação federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, objetivando o seguinte:

**I** – À transferência, por delegação, para o Estado do Rio Grande do Norte, das competências de organização, regulação e fiscalização dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sendo a regulação e fiscalização através da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Norte – ARSEP;

**II** – À transferência, por delegação, da organização dos serviços públicos municipais e abastecimento de água e de esgotamento sanitário à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande – CAERN, por intermédio do contrato de programa.

§1º. O Convênio de Cooperação, a que se refere o *caput*, será celebrado pelo prazo de 30 (trinta) anos.

§2º. No ato da celebração do Convênio deverá ser definido o seu respectivo plano de trabalho para regularização da prestação dos serviços.

**Art. 2º**. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Contrato de Programa com pessoa jurídica integrante da Administração Indireta do Estado do Rio Grande do Norte com o objetivo de conceder, com regime de exclusividade, a prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, através de dispensa de licitação, nos termos de inciso XXVI, do art. 24, da lei Federal nº 8.666/1993.

§1º. O Contrato de Programa, a que se refere o *caput* deverá ter prazo compatível com Plano Municipal de Saneamento Básico, não sendo inferior ao prazo de 20 anos, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

§ 2º. Extinto o Contrato Programa, a assunção dos serviços e a reversão dos bens dar-se-á após o prévio pagamento de indenização eventualmente devida.

**Art. 3º**. O contrato de Programa referido nesta Lei continuará vigente mesmo quando extinto o Convênio de Cooperação a que se refere o art. 1º, nos termos do art.13: § 4º da Lei Federal nº11.107/2005.

**Art. 4º**. As autorizações de que tratam os art. 1º, 2º e 3º desta Lei abrangerão, no todo ou em parte, as seguintes atividades e suas respectivas infraestrutura e instalações operacionais referentes aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário:

**I** – Captação, adução e tratamento de água bruta;

**II** – Mensuração e precificação de insumo água importada, caso o Município Integre sistema intermunicipal;

**III** –Adução de água tratada;

**IV** –Reservação e distribuição de água tratada;

**IV** –Coleta, transporte, tratamento e disposição de esgotos sanitários.

**Art. 5º**. O convênio de cooperação, a que se refere o art. 1º desta Lei, deverá estabelecer:

- I. Os meios e instrumentos para o exercício das competências e organização, regulação, fiscalização e prestação delegada;
- II. Os direitos e obrigações do Município
- III. Os direitos e obrigações do Estado
- IV. as obrigações comuns ao Município e ao Estado.

Art. 6º. Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho, 16 de maio de 2018,  
195º da independência, 125º da república e 128º da emancipação.

**PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO**  
Prefeita Municipal

Publicado por:  
Monalisa Moreira Cavalcante  
Código Identificador:63A48593

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado  
do Rio Grande do Norte no dia 17/05/2018. Edição 1769  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>